



# newsletter

---

Nº 85 – FEVEREIRO / 2014

---

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 [info@oliveirarego.pt](mailto:info@oliveirarego.pt)  
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

# ORA newsletter

---

**Nº 85 – FEVEREIRO/2014**  
(circulação limitada)

## Assuntos em Destaque

<b>Resumo Fiscal/Legal – Janeiro de 2014</b>	<b>2</b>
<b>IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Revisores e Auditores</b>	<b>6</b>

## **LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL**

**Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2014, de 6 de janeiro** - Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2014, aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e do Regime Geral da Emissão e Gestão da Dívida Pública, aprovado pela Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro.

**Tribunal Constitucional - Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 862/2013, de 7 de janeiro** - Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto da Assembleia da República n.º 187/XII, que estabelece mecanismos de convergência de proteção social.

**Ministério das Finanças – Gabinete da Ministra - Despacho n.º 706-A/2014, de 15 de janeiro** - Aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2014.

**Assembleia da República - Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro** - Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.

**Assembleia da República - Lei n.º 1/2014, de 16 de janeiro** - Procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

**Ministérios das Finanças e da Saúde - Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde - Despacho n.º 1507/2014, de 16 de janeiro** - Determina que é, obrigatoriamente, aplicável às entidades públicas empresariais da área da saúde o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2/6

# ORA newsletter

---

**Nº 85 – FEVEREIRO/2014**  
(circulação limitada)

## **IFRS 10 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

### **Enquadramento**

Em 12 de maio de 2011<sup>1</sup>, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou a Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27<sup>2</sup> - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a Interpretação 12 do Standing Interpretations Committee (SIC) Consolidação - Entidades com Finalidade Especial (SIC-12).

As empresas aplicam a IFRS 10, o mais tardar a partir da data de início do seu primeiro exercício financeiro que comece em ou após 1 de janeiro de 2014.

### **Objetivo**

O objetivo desta Norma<sup>3</sup> é estabelecer princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias outras entidades.

Para realizar o objetivo, a Norma:

- Exige que uma entidade (a empresa-mãe) que controla uma ou várias outras entidades (subsidiárias) apresente demonstrações financeiras consolidadas;
- Define o princípio do controlo e estabelece esse controlo como a base para a consolidação;

---

<sup>1</sup> Na mesma data o IASB publicou a IFRS 11 - Acordos Conjuntos, a IFRS 12 - Divulgações de Interesses Noutas Entidades, e versões alteradas da IAS 27 e da IAS 28. O Regulamento (UE) n.º 1254/2012, da Comissão, de 11 de Dezembro, adotou as novas normas e as versões alteradas da IAS 27 e IAS 28.

<sup>2</sup> A IAS 27 (emendada) passa a reter apenas a contabilização e os requisitos de divulgação aplicáveis à preparação de demonstrações financeiras separadas. De referir que a NCRF 15 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação é baseada na IAS 27, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008, da Comissão, de 3 de novembro.

<sup>3</sup> Esta Norma não aborda os requisitos contabilísticos relativos às concentrações de atividades empresariais e os seus efeitos na consolidação, nomeadamente o *goodwill* resultante de uma concentração de atividades empresariais (ver a IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais).

# ORA newsletter

---

**Nº 85 – FEVEREIRO/2014**  
(circulação limitada)

- Estabelece a forma de aplicação do princípio do controlo para concluir se um investidor controla uma investida e deve, portanto, consolidar essa investida;
- Estabelece os requisitos contabilísticos para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas.

## **Âmbito**

Uma entidade que é uma empresa-mãe deve apresentar demonstrações financeiras consolidadas. Esta Norma aplica-se a todas as entidades, com as seguintes exceções:

Uma empresa-mãe não tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas se cumprir todas as seguintes condições:

- É uma subsidiária total ou parcialmente detida por outra entidade e todos os seus outros proprietários, incluindo aqueles que de outra forma não teriam direito a voto, foram informados de que a entidade não apresenta demonstrações financeiras consolidadas e não se opuseram a tal situação;
- Os seus instrumentos de dívida ou de capital próprio não são negociados num mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou um mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);
- Não depositou nem está em vias de depositar as suas demonstrações financeiras junto de uma comissão de valores mobiliários ou de outra organização reguladora com a finalidade de emitir qualquer categoria de instrumentos num mercado público; e
- A sua empresa-mãe final ou qualquer empresa-mãe intermédia elabora demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público e que cumprem as IFRS.

## **Principais alterações introduzidas pela IFRS 10**

A IFRS 10 vem apresentar uma definição de controlo mais específica do que aquela que se encontrava em vigor, passando a exigir um conjunto mais alargado de requisitos necessários para aferir se uma entidade exerce controlo sobre a outra.

A definição de controlo é estabelecida como base única de consolidação, existindo controlo sempre que uma entidade esteja exposta ou tenha direito aos rendimentos variáveis de uma entidade, tendo, adicionalmente, a capacidade de influenciar esses mesmos rendimentos.

# ORA newsletter

---

**Nº 85 – FEVEREIRO/2014**  
(circulação limitada)

Assim, um investidor controla<sup>4</sup> uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente:

- Poder sobre a investida (ver parágrafos 10 a 14);
- Exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida (ver parágrafos 15 e 16);
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores (ver parágrafos 17 e 18).

Um investidor deve atender a todos os factos e circunstâncias para verificar se controla uma investida. O investidor deve reavaliar se controla uma investida se os factos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações no que respeita a um ou mais dos três elementos de controlo atrás referidos (ver parágrafos B80-B85).

## Conclusões

As empresas<sup>5</sup> que vão aplicar a IFRS 10 no exercício de 2014 devem efetuar um levantamento de todas as entidades cuja relação com o Grupo possa ser enquadrada no conceito de “controlo” definido na Norma, com o objetivo de, atempadamente, avaliarem os impactos operacionais e de apresentação que esta alteração implica.



- Paulo Henriques -

## Bibliografia:

- *IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.*
- *IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas.*
- *NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação.*
- *“SNC - Sistema de Normalização Contabilística, Teoria e Prática” (3.ª Edição), de João Gomes e Jorge Pires, Vida Económica, 2010.*
- *“Consolidação de Contas”, de Ana Macedo, Graça Azevedo e Jonas Oliveira, Escolar Editora, 2013.*

---

<sup>4</sup> Sobre a avaliação do controlo, ver Apêndice B (Guia de aplicação), parágrafos B2-B85, com exemplos práticos.

<sup>5</sup> O ponto 1.4, do Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, refere em que situações as entidades que aplicam o SNC podem recorrer, supletivamente, às normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

# ORA newsletter

---

**Nº 85 – FEVEREIRO/2014**  
(circulação limitada)

## REVISORES E AUDITORES



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS  
Integridade. Independência. Competência.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente o nº 63 da sua revista trimestral (outubro a dezembro de 2013).

Salientamos pelo seu interesse as seguintes matérias/artigos:

- i) **Os valores inseparáveis da profissão: Ética e Qualidade da Auditoria** – O artigo alerta para a importância da promoção, implementação e reforço dos requisitos éticos para a qualidade de uma auditoria que tenha em vista o interesse público.
- ii) **Métodos empíricos para detetar práticas de manipulação de resultados** – O estudo (i) define o conceito de manipulação de resultados, enquadra a temática e apresenta os principais incentivos a essa prática; (ii) descreve os principais tipos e práticas identificadas de manipulação de resultados; (iii) apresenta os principais métodos empíricos e estudos de manipulação de resultados; e (iv) termina com uma análise da ação do auditor na deteção de práticas de manipulação de resultados e com as principais conclusões deste trabalho.
- iii) **IFRS 11 – Joint Arrangements** – O artigo aborda as seguintes temáticas: (i) a harmonização contabilística US GAAP / IFRS; (ii) classificação e mensuração; (iii) classificação de um acordo conjunto; (iv) contabilização de operações conjuntas; (v) contabilização de empreendimentos conjuntos; (vi) avaliação contínua; (vii) divulgações; (viii) transição; e (ix) principais impactos da norma.
- iv) **Contabilidade nas Entidades do Setor Público – Transparência, Accountability e Controlo** - O estudo enuncia as principais diferenças entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Nacional, no que respeita aos elementos essenciais das suas estruturas conceptuais. São analisadas as diferenças entre a necessidade de produção de demonstrações financeiras elaboradas para os utilizadores externos e a dimensão interna orientada para a gestão da entidade, assim como a produção de informação relevante para as entidades tutelares ou com funções de supervisão e/ou regulação, bem como responsabilidade pela produção de elementos estatísticos.

*Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*